

FLÁVIA BARATTO DE ARAUJO

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO – 1998-2002**

Monografia elaborada como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o Luiz Xiscatti

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

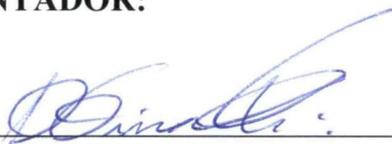
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – 1998-2002

por:

Flávia Baratto de Araujo

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, submetida à Comissão Examinadora formada pelos professores:

ORIENTADOR:



Professor Luiz Xiscatti

BANCA EXAMINADORA:



Professor Othon Jurua Rolim de Souza Reis



Professora Patricia Rosentaski de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter colocado as pessoas certas na minha vida, pessoas que me ajudaram, me incentivaram, mas, acima de tudo, que não me deixaram desanimar.

Obrigada pela ajuda, força e coragem.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
RESUMO	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DA DÉCADA DE 70.....	3
3. RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS GÊNEROS	8
3.1. O IMPACTO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA.....	11
3.2. GRAU DE ESCOLARIDADE.....	15
3.3. ARTICULAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.....	19
4. CONCLUSÃO.....	22
5. REFERÊNCIAS	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homens e mulheres no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil – 1998 e 2002	9
Tabela 2 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por e sexo - 1998/2002 - R\$ (1)	12
Tabela 3 - Rendimento domiciliar mensal (1) (em %) dos chefes de família segundo o sexo – Brasil, 1998 e 2002	14
Tabela 4 - Distribuição (em %) da PEA masculina e feminina, por escolaridade – Brasil, 1998 e 2002	16
Tabela 5 - Empregos segundo sexo e nível de instrução – Brasil, 1998 e 2002, (em %) ...	18
Tabela 6 - Taxas de atividades das mulheres que tiveram filhos, por idade da mulher, no Brasil, 1998 e 2002.....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Homens e mulheres no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil – 1998 e 2002	10
Gráfico 2 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por e sexo - 1998/2002 - R\$ (1)	12
Gráfico 4 - Distribuição (em %) da PEA masculina e feminina, por escolaridade – Brasil, 1998 e 2002	17
Gráfico 6 - Taxas de atividades das mulheres que tiveram filhos, por idade da mulher, no Brasil, 1998 e 2002.....	21

RESUMO

As mulheres ingressam no mercado de trabalho, em meados do século XX, com o objetivo de aumentar a renda familiar, em virtude da queda do nível de renda real. Com mais qualificação profissional e aumento do nível de escolaridade, a participação feminina no mercado de trabalho cresceu consideravelmente. A inovação tecnológica contribuiu para mudanças nas relações de trabalho e nas relações sociais entre os gêneros, mas os homens ainda são beneficiados com maiores rendimentos, mostrando uma diferenciação e discriminação da mulher no mercado de trabalho. A descoberta de métodos contraceptivos possibilitou uma maior liberdade de escolha de entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, aumentando a participação feminina na PEA – População Economicamente Ativa. O objetivo desta monografia é analisar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho no período de 1998 a 2002.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é analisar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho no período de 1998 a 2002, apontando indicadores sociais e econômicos que provocam a diferença entre os gêneros.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho entre as décadas de 40 e 50 tinha como objetivo principal o aumento na composição da renda familiar. A maioria das mulheres tinha baixa qualificação profissional.

Entre as décadas de 60 e 90, ocorreu uma revolução comportamental, exigindo maior qualificação da mão-de-obra, beneficiando as mulheres, em virtude das suas maiores taxas de escolaridade em relação aos homens. Começam a ingressar no mercado de trabalho as mulheres mais instruídas da classe média, alcançando melhores condições e ocupando atividades até então, apenas exercidas por homens. Além da jornada dupla de serviço, da dificuldade quanto a sua inserção no trabalho e da discriminação salarial, as mulheres têm uma grande participação na composição da renda familiar e da PEA.

Para possibilitar uma melhor articulação e visualização do trabalho, consta, no segundo capítulo, uma breve contextualização histórica a partir da década de 70, analisando a inserção do trabalho feminino no mercado de trabalho brasileiro.

O terceiro capítulo analisa as relações sociais entre os gêneros, mostrando o comportamento de homens e mulheres estabelecido pela sociedade e as mudanças nas relações de trabalho considerando o avanço acelerado das inovações tecnológicas, aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. A queda do nível de renda real da população brasileira mostra um aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Com o aumento do nível de escolaridade, houve profissionalização e melhoria na qualificação do trabalho feminino, aumentando os cargos, os salários e a participação da mulher no mercado de trabalho.

A análise da articulação entre produção e reprodução, explica a liberdade de escolha das mulheres quanto à entrada e permanência no mercado de trabalho em virtude dos métodos contraceptivos.

O período foi escolhido pela velocidade com que as inovações tecnológicas invadem o mercado de trabalho. Para compreender esta dinâmica, é necessária a utilização de indicadores sociais e econômicos, que mostram as variáveis adotadas: nível de renda, grau de escolaridade, idade e taxa de fecundidade.

Os dados foram obtidos através do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, Censo Demográfico, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DIEESE e outros.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Na década de 70 houve forte incorporação da mulher no mercado de trabalho devido ao processo de industrialização do país, com a implantação das indústrias de bens-duráveis e introdução de tecnologia.

O modelo pautado na substituição por importações é abandonado e o foco passa a ser o desenvolvimento interno, aumentando a capacidade de competição da economia brasileira no mercado internacional.

O emprego na indústria dividia o trabalho masculino e feminino e reservava às mulheres postos de trabalhos inferiores e atividades semi-qualificadas.

O homem era o provedor da família e a mulher era responsável pelas atividades domésticas, condicionando a participação da mulher no mercado de trabalho, uma vez que a mulher necessitava articular família e profissão.

Apesar da necessidade econômica, para complementar a renda familiar, o estado conjugal, a presença dos filhos, a idade e a escolaridade tinham um papel fundamental na decisão de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. A busca pela realização profissional aliada, muitas vezes, à necessidade de complementar a renda da família, levou as mulheres a se qualificarem cada vez mais para alcançarem uma vaga no mercado de trabalho.

Mesmo com as dificuldades e das crises econômicas, as mulheres entram e permanecem cada vez mais no mercado de trabalho.

Mudanças culturais e econômicas, movimentos de emancipação feminina e a busca pela igualdade dos direitos, fortalecidos a partir dos anos 70, explicam as profundas transformações neste novo padrão de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher.

A queda da fecundidade, com o uso de métodos anticoncepcionais e o aumento do grau de escolaridade, com o acesso das mulheres às universidades, libera as mulheres para o trabalho, causando o crescimento da participação feminina.

O aumento do grau de escolaridade tem papel fundamental na atividade econômica feminina porque o mercado é mais receptivo a trabalhadoras mais qualificadas que, por sua vez, podem exercer atividades mais gratificantes e melhor remuneradas,

compensando os gastos necessários para suprir a sua saída do lar.

“Por outro lado, o aumento da demanda por mão-de-obra de maior qualificação, em períodos de introdução da inovação tecnológica, resulta na polarização da renda em altos salários...” (Kon, 1995, p.65).

A participação das mulheres no mercado de trabalho dos anos 80 é marcada pelo ingresso de grande volume de trabalhadoras, pela diversificação dos espaços ocupados e pela mudança no perfil das trabalhadoras que antes eram jovens, solteiras e não tinham filhos e agora são mais velhas, casadas e com filhos.

Um período de inflação crescente na economia, a redemocratização do país e a ascensão do sindicalismo, evoluindo o processo de negociação coletiva, defendendo os interesses dos trabalhadores também está entre os acontecimentos que marcaram os anos 80. No final dos anos 70 e durante toda a década de 80, o processo de negociação coletiva era considerado um espaço de garantia de conquistas trabalhistas.

A Constituição de 1988 estabeleceu direitos individuais e coletivos aos trabalhadores registrados em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), tais como: limite de 44 horas de trabalho semanais, licença paternidade, aumento da licença maternidade para 120 dias e criou o seguro-desemprego. Além disso, assegurou aos funcionários públicos o direito de greve e de se organizarem em sindicatos, bem como estabeleceu o pagamento de multa de 40% sobre o valor do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – nos casos de dispensa sem justa causa.

O mercado de trabalho brasileiro passou por grandes mudanças nos anos 90, devido à recessão econômica no período de 1990 a 1992, à abertura comercial e financeira, aos ajustes no setor privado e ao plano de estabilização econômica.

“A face do mercado de trabalho brasileiro começou a mudar na segunda metade da década de 1990. A taxa de desemprego, que era relativamente baixa na década de 1980, começou a se elevar. (...). Outro fenômeno importante por trás do problema do desemprego é a destruição de postos de trabalho ocasionada pela reestruturação produtiva das empresas brasileiras (fenômeno observado notadamente na indústria), um processo desencadeado, em grande parte, como reação à abertura comercial iniciada no início da década de 1990.” (IPEA, Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise - Agosto 2004, p. 47).

Houve uma grande expansão do número de trabalhadores do setor de prestação de serviços e comércio e conseqüente redução dos trabalhadores da indústria da transformação, enxugando os postos de trabalho formalizados, diminuindo o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

O principal motivo apontado para a eliminação dos postos e trabalho na indústria é o avanço da tecnologia, principalmente de informática e de comunicação, uma vez que as indústrias passam a automatizar grande parte das suas linhas de produção.

“Como salientamos anteriormente, as novas tecnologias introduzidas crescentemente nas últimas décadas nas sociedades desenvolvidas (...). Observam-se transformações econômicas e sociais relevantes em todos os níveis operacionais em que se difundem (...)” (Kon, 1995, p.64).

A mão-de-obra liberada pela indústria era absorvida pelo setor de serviço que, por sua vez, também foi tomado pelas novas tecnologias, tornando crescente o desemprego.

O trabalho qualificado passa a ser mais exigido na medida em que o avanço tecnológico invade o mercado de trabalho.

“O processo de desenvolvimento econômico, portanto, está fortemente vinculado às condições em que a força de trabalho se adapta às mudanças necessárias ocorrentes nesse processo de inovação tecnológica.” (Kon, 1995, p.65).

“Como a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão de obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional.” (Pochmann, 2000, p.97).

Em busca de maior competitividade, as empresas se reestruturaram administrativamente, aumentando a produtividade, gerando maiores lucros e desemprego. Conseqüentemente houve grande expansão do trabalho informal.

Em contrapartida existia um aumento de trabalhadoras no mercado formal, em ocupações com qualificação média, maiores remunerações e benefícios trabalhistas.

A economia dos anos 90 foi marcada por grandes transformações na estrutura produtiva e por um cenário internacional altamente competitivo. O mercado de trabalho atingiu patamares elevados de desemprego, pois a mão-de-obra que ingressava no mercado de trabalho não era absorvida pelos postos de trabalho. Houve crescimento da informalidade nas relações de trabalho e os movimentos sindicais resistem para garantir a permanência dos direitos adquiridos.

“A Constituição Federal, no artigo 7º, inciso XXX, proíbe a diferença de salário, de exercício de função e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Também a CLT, no artigo 461, prevê que, “sendo idêntica à função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo”.” (Pesquisa DIEESE, nº. 17 - Agosto/2003).

A desaceleração da economia mundial, a crise na Argentina, e instabilidade interna, marcam o ano de 2001. Com o aumento do ingresso da força de trabalho feminina no mercado, os salários de contratação das mulheres, caíram ainda mais.

Uma das razões para justificar a posição menos favorecida das mulheres no

mercado de trabalho é a sua menor combatividade e poder de reivindicação, uma vez que é pequena a sua participação em movimentos sindicais, dificultando as reivindicações pela melhoria das condições de trabalho e salários.

No Brasil, as mulheres ainda continuam submetidas à segregação ocupacional, racial e salarial.

3. RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS GÊNEROS

Segundo Bruschini (1995 - p. 83), na sociedade brasileira predominam relações de gênero assimétricas e hierárquicas, que se expressam em posições desiguais ocupadas por indivíduos de um e outro sexo tanto na esfera da produção quanto no âmbito privado das relações familiares. A definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família tem conseqüências diferenciais sobre um e outro sexo, em sua participação no mercado de trabalho.

Mesmo com todos os argumentos, os dados estatísticos do IBGE, comprovam que a participação relativa das mulheres no mercado de trabalho formal continua crescendo.

Conforme dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ver Tabela 1 (Anexos) e Gráfico 1 (abaixo), a participação da mulher no contingente de empregados com carteira assinada era de 33,9% em 1998, passando para 35,8% em 2002 e a participação masculina passa de 66,1%, em 1998, para 64,2%, em 2002. Os números demonstram uma variação de 1,90% na taxa de atividade do gênero feminino e uma variação negativa de 1,90% na taxa de atividade do gênero masculino.

O perfil dos admitidos por gênero, aponta que a maioria do percentual de atividade, seja na PEA, postos de trabalho formal ou informal, corresponde ao sexo masculino.

A ocupação feminina na PEA - População Economicamente Ativa, em 1998, era 18,6% inferior à ocupação masculina. Em 2002, esta diferença cai para 15,10%, aumentando em 1,80% a participação feminina e diminuindo 1,70% a participação masculina na PEA. A população masculina, na PEA, sofreu uma variação negativa de 3,9 milhões de pessoas, enquanto a população feminina sofreu ma variação positiva de 5,20 milhões de pessoas. Existe um decréscimo do percentual de taxa de atividade da PEA, passando de 73,6%, em 1998, para 73,2%, em 2002. Já a participação feminina mostrou um crescimento de 47,5%, em 1998, para 50,3%, em 2002.

Houve crescimento das taxas de atividades, de ocupação e no número de

trabalhadores na PEA, no mercado formal e mercado informal em relação ao sexo feminino. O mesmo não acontece com o sexo masculino, demonstrando quedas na taxa de atividade e ocupação da PEA e percentual de ocupação masculina no mercado de trabalho formal.

Os dados demonstram uma elevação na participação relativa feminina no mercado de trabalho formal, aumentando o percentual de ocupação das vagas abertas.

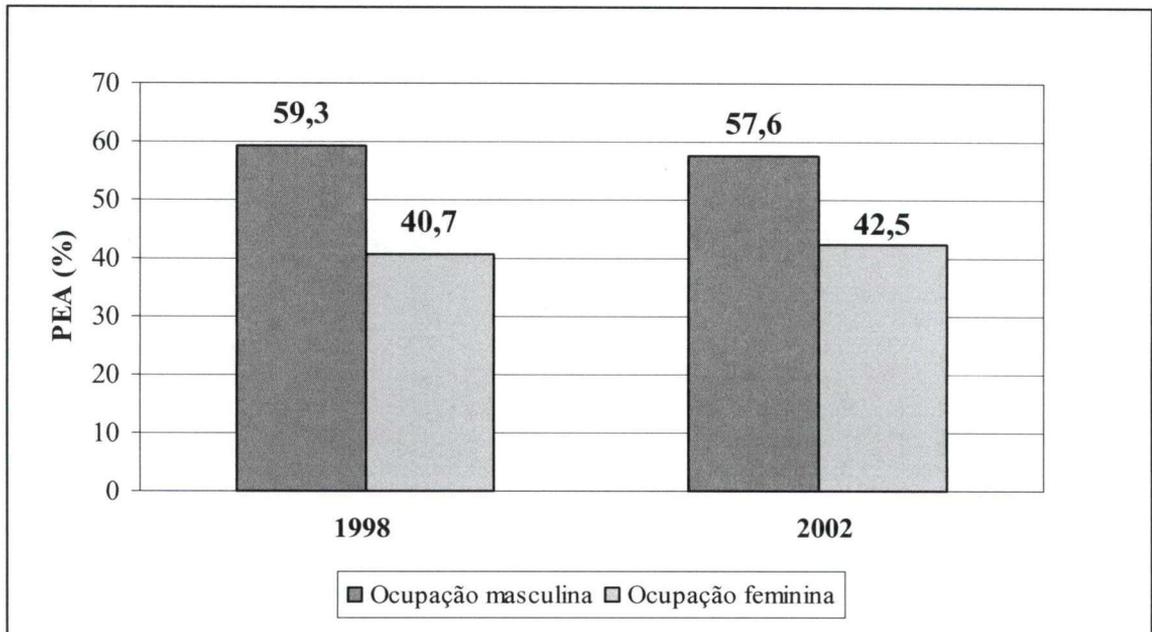
TABELA 1 – HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA BRASIL – 1998 E 2002

Homens						
Anos	PEA			Ocupados	Empregados	
	Milhões	Taxa de atividade (%)	Ocupação masculina (%)	Milhões	Milhões	Ocupação masculina (%)
1998	45,6	73,6	59,3	42,3	24,2	66,1
2002	49,5	73,2	57,6	45,9	27,2	64,2

Mulheres						
Anos	PEA			Ocupados	Empregados	
	Milhões	Taxa de atividade (%)	Ocupação Feminina (%)	Milhões	Milhões	Ocupação Feminina (%)
1998	31,3	47,5	40,7	27,6	12,5	33,9
2002	36,5	50,3	42,5	32,3	15,2	35,8

Fonte: FIBGE/PNADs - Microdados

**GRÁFICO 1 – HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO:
INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA BRASIL – 1998 E 2002**



Fonte: FIBGE/PNADs - Microdados

3.1. O IMPACTO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA

As barreiras ao acesso a mais e melhores postos de trabalho e a idéia de que os custos de mão-de-obra feminina seriam superiores aos custos da mão-de-obra masculina, uma vez que os custos indiretos associados à contratação das mulheres são considerados fatores adicionais no custo do trabalho feminino, também são argumentos utilizados para justificar o menor rendimento alcançado pelas mulheres.

Em 1998 o rendimento médio mensal das pessoas com declaração de rendimento, apresentava grande diferença de remuneração entre os sexos, conforme nos mostram os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (ver Tabela 2 e Gráfico 2). Os homens obtinham maiores rendimentos do que as mulheres.

Tal comportamento segue durante todo o período analisado, havendo, porém, uma significativa diminuição das diferenças entre os rendimentos. Em 1998 o rendimento médio mensal masculino era R\$ 697,00 e o rendimento feminino era R\$ 299,00, mostrando uma diferença de 57,1% nos ganhos. Em 1999 a diferença cai para 54,6%, diminuindo para R\$ 646,00 o salário masculino e para R\$ 293,00 o salário feminino.

No ano de 2000 não houve PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mas em 2001, os dados mostram que o rendimento masculino continuava a cair, indo para R\$ 644,00, enquanto o rendimento feminino sofre um acréscimo, passando para R\$ 310,00, diminuindo a diferença de 54,6%, em 1999 para 51,9%, em 2001 e, em 2002, a diferença entre os rendimentos cai para 50,2%.

A diferença existente entre os rendimentos masculino e feminino ainda é muito grande, mas existe uma queda de 6,9% ao longo do período em questão.

TABELA 2 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR E SEXO - 1998/2002 - R\$ (1)

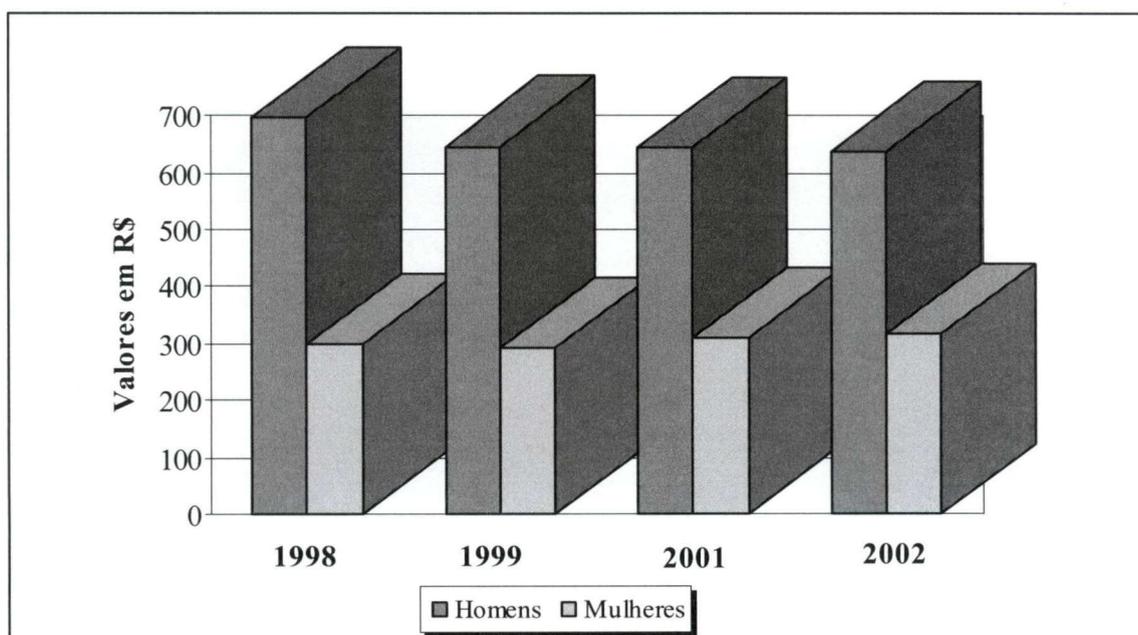
Brasil (2)		
Ano	Homens	Mulheres
1998	697,00	299,00
1999	646,00	293,00
2001	644,00	310,00
2002	636,00	317,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2003. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2003. (2) Excluído o rendimento das

GRÁFICO 2 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR E SEXO - 1998/2002 - R\$ (1)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2003. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2003. (2) Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os dados da Tabela 3, mostram que, no período de 1998 a 2002, o percentual de rendimento das mulheres que ganham até 3 salários-mínimos é maior do que o percentual dos homens dentro da mesma faixa. Acima de 10 salários-mínimos, o percentual feminino diminui, ficando inferior ao percentual dos homens.

Em 1998, o percentual de rendimento, na faixa de até um salário-mínimo, dos chefes de família masculinos era 8,3% e feminino de 13,6%, apontando uma diferença de 5,30% entre os sexos. Em 2002, para a mesma faixa, a diferença aumenta, cabendo aos homens um percentual de 10,5 e às mulheres, 16,4%, aumentando em 0,6% a diferença, passando para 5,90%. Na faixa que vai de 1 a 2 salários-mínimos, a participação masculina, em 1998, passa para 14,5% e a feminina para 16,1%, mantendo agora uma diferença de 1,60%. Em 2002, a diferença entre os gêneros aumenta para 2,30%. Mas na faixa que vai de 2 a 3 salários-mínimos o comportamento não se manteve como nas faixas acima. Em 1998 a diferença entre os sexos era de 0,20%, enquanto em 2002, o percentual masculino supera o feminino, fazendo com que os homens ocupem maior parte da faixa.

Nas faixas que vão até 10 salários-mínimos, as mulheres continuam representando menores percentuais, o que mostra claramente a má remuneração das trabalhadoras femininas e a diferenciação entre os sexos.

Na classe de rendimentos que atinge mais de 10 salários-mínimos houve uma conquista, ainda pequena, mas notável das mulheres. Em 1998, os homens ocupavam 19,7% do percentual dos rendimentos e as mulheres 15,6%, ou seja, 4,10 % de diferença. Em 2002, o percentual masculino demonstra queda de 5,50%, enquanto o percentual feminino apresenta queda de 5,10%, diminuindo a diferença de rendimento entre os gêneros para 3,70%.

Na Tabela 3, as faixas de rendimento menores, têm maior participação das mulheres e, as maiores classes de rendimento têm os menores percentuais de rendimento domiciliar feminino.

Em outras palavras, ainda existe uma discriminação muito grande das mulheres no mercado de trabalho, seja por gênero, por qualificação profissional, pela condição

de sexo frágil ou mesmo pelos encargos sociais impostos ao empregador em relação à maternidade.

TABELA 3 - RENDIMENTO DOMICILIAR MENSAL (1) (EM %) DOS CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO O SEXO – BRASIL, 1998 E 2002

Faixa de salários- mínimos	1998		2002	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 1 SM	8,3	13,6	10,5	16,4
Mais de 1 a 2 SM	14,5	16,1	18,6	20,9
Mais de 2 a 3 SM	12,5	12,7	15,7	15,4
Mais de 3 a 5 SM	19,6	18,0	19,5	17,8
Mais de 5 a 10 SM	21,5	19,9	18,3	15,6
Mais de 10 SM	19,7	15,6	14,2	10,5
Sem rendimento	1,4	1,5	1,3	1,4
Ignorado	2,6	2,6	2,0	2,1
Total	100	100	100	100

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados

(1) Rendimento domiciliar mensal, para todos os moradores.

3.2. GRAU DE ESCOLARIDADE

A menor remuneração das mulheres em relação aos homens tem sido justificada pelos diferentes níveis de educação. Este argumento não é mais suficiente porque, segundo dados do IBGE, PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, a escolaridade média das mulheres no Brasil é superior à dos homens, em percentuais relativos. Em geral, a variável educação é considerada essencial para entender o mercado de trabalho contemporâneo.

A introdução de novas tecnologias e novos paradigmas de gestão empresarial e a velocidade com que se modificam, requerem um trabalhador com elevado grau de escolaridade. Isto quer dizer que quanto maior for o grau de escolaridade de um indivíduo, maiores as suas chances de ocupar um posto de trabalho qualificado, com elevados salários, possibilidades de progressão funcional, reduzida rotatividade, entre outros.

“O nível de escolaridade da mão-de-obra constitui um indicador importante da qualidade da força de trabalho. No Brasil, o nível de escolaridade é tradicionalmente baixo, apesar da expansão do tempo de instrução nos últimos anos.” (Pochmann, 2000, p.96).

Conforme a análise dos dados da Tabela 4, em 1998, o percentual de distribuição da PEA, População Economicamente Ativa, feminina era menor nas faixas que vão até 7 anos de instrução. Nas faixas que vão de 8 anos ou mais de instrução, a participação feminina diminuiu, apresentando a maior diferença na faixa de 11 a 14 anos de estudo, atingindo 6,80%.

Em 2002, acontece uma pequena mudança, aumentando a abrangência das faixas em que as mulheres têm uma participação menor na distribuição, passando, agora, para até 10 anos de instrução.

O percentual de distribuição nas faixas de 11 a 14 anos e 15 anos ou mais continuou maior para a PEA feminina.

A maior diferença continua na faixa de 11 a 14 anos, agora atingindo uma

diferença de 7,40%, sendo 20,5% para os homens e 27,9% para as mulheres.

O Gráfico 4 aponta que houve uma evolução na distribuição feminina, diminuindo a participação, na PEA, de mulheres que não completaram o 1º grau (4 a 7 anos de estudo) e aumentando a participação das mulheres que completaram o 1º, 2º e 3º grau.

Isto demonstra que maior parte da população economicamente ativa masculina está distribuída nas faixas com menor instrução e que a maior parte da população economicamente ativa feminina está distribuída nas faixas com maior grau de instrução.

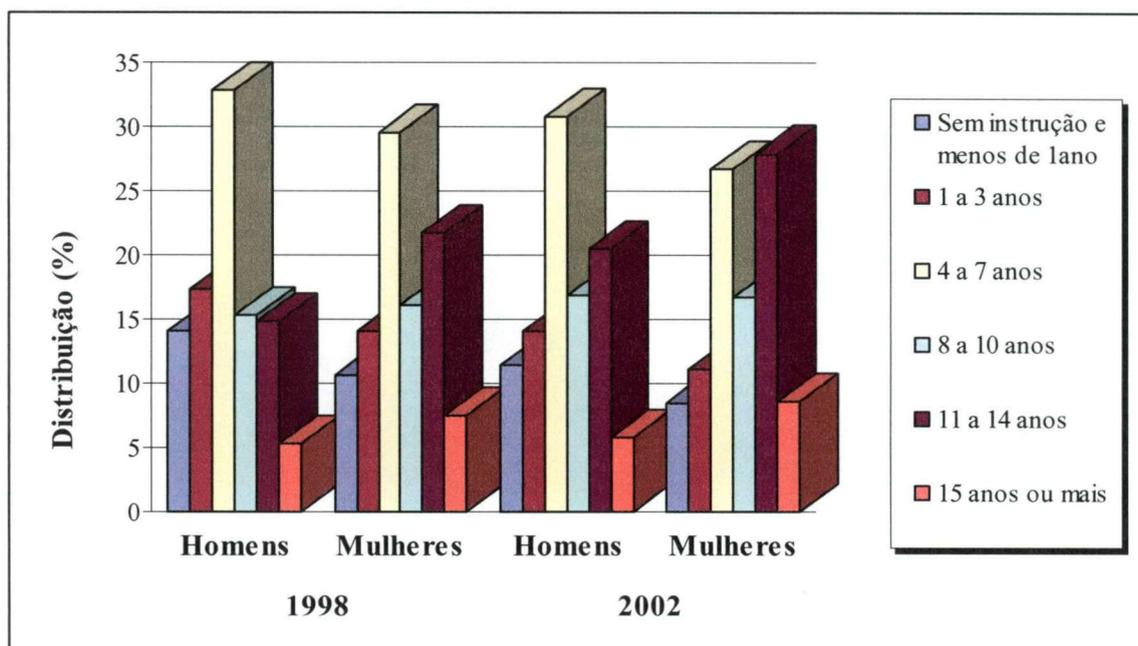
Mas, mesmo com o mesmo grau de escolaridade, homens e mulheres ganham salários diferentes, sendo os homens beneficiados com maiores rendimentos.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO (EM %) DA PEA MASCULINA E FEMININA, POR ESCOLARIDADE – BRASIL, 1998 E 2002

Anos de estudo	1998		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	14,1	10,6	11,4	8,5
1 a 3 anos	17,3	14,1	14,1	11,1
4 a 7 anos	32,8	29,6	30,8	26,7
8 a 10 anos	15,3	16,1	16,9	16,7
11 a 14 anos	14,9	21,7	20,5	27,9
15 anos ou mais	5,3	7,5	5,8	8,6
Total (%)	100	100	100	100
Total milhões	45,6	31,3	49,5	36,5

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO (EM %) DA PEA MASCULINA E FEMININA, POR ESCOLARIDADE – BRASIL, 1998 E 2002



Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados

Os dados da Tabela 5 mostram que, em 1998, o percentual relativo de trabalhadores masculinos com nível de instrução até a 8ª série completa era maior do que o percentual relativo das trabalhadoras femininas. A partir do 2º grau, há uma inversão de valores, fazendo com que as mulheres tenham maior participação no mercado de trabalho. A maior diferença está na faixa do 2º grau completo, atingindo 13,7%.

O percentual relativo de mulheres que ingressam e completam o nível superior é muito maior do que o percentual relativo dos homens, dentro da mesma faixa de instrução.

O mesmo cenário se repete em 2002, com uma única diferença: o percentual relativo masculino agora é maior até a faixa do segundo grau completo. O percentual relativo feminino ainda é maior nos níveis de instrução mais elevados.

Analisando a evolução feminina ao longo dos anos, nota-se que, em se tratando de percentuais relativos, houve um aumento no grau de instrução das mulheres muito superior ao dos homens.

TABELA 5 - EMPREGOS SEGUNDO SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO – BRASIL, 1998 E 2002, (EM %)

Nível de instrução	1998		2002	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até a 4ª série incompleta	13,3	6,8	9,9	4,8
4ª série completa	15,1	8,8	11,2	6,2
8ª série incompleta	17,3	10,4	14,6	8,7
8ª série completa	18,8	15,1	18,8	13,3
2º grau incompleto	7,9	8,1	9,2	8,0
2º grau completo	16,0	29,7	23,7	35,8
Superior incompleto	2,7	4,2	3,1	5,2
Superior completo	9,0	16,9	9,3	18,0
Ignorado	0,1	0,1	0,0	0,0
Total	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS CD ROM.

3.3. ARTICULAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

O trabalho feminino depende da demanda do mercado, das qualificações para atender a esta demanda e das características pessoais e familiares. O ingresso e permanência no mercado de trabalho são determinados pela necessidade de prover ou de complementar a renda do lar e pela presença dos filhos.

Até a década de 70, os efeitos da maternidade na vida profissional das mulheres eram marcados pela diminuição da participação feminina no mercado de trabalho a partir dos 25 anos, quando os filhos eram pequenos.

A partir de meados dos anos 80, a participação, no mercado de trabalho, das mulheres com filhos chegou a superar àquelas das mulheres sem filhos.

Na década de 90 e início do século XXI, mais da metade da população feminina ocupa uma posição no mercado de trabalho, porém as mães com filhos menores ainda são em número menor do que as mães com filhos maiores, uma vez que a dedicação ao trabalho pode ser mais intensa, já que os filhos não requerem mais tantos cuidados e já estão na fase escolar.

As empresas alegam os altos custos causados pela gravidez como empecilho na contratação de mulheres. A mulher fica afastada, em licença maternidade, por 120 dias e necessita de flexibilidade de horário quando regressa ao trabalho, para amamentar seu filho. Além disso, ainda existem custos com creche para crianças filhas de funcionárias.

Os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (ver Tabela 6 e Gráfico 6) mostram que, em 1998, a taxa de atividade feminina era crescente de 15 a 39 anos de idade, tendo seu maior percentual atingido na faixa de 30 a 39 anos, 64,5%. Este percentual elevado explica que, dentro desta faixa, a maioria das mulheres já teve seus filhos e eles já estão em idade escolar ou em creches.

A partir da faixa dos 40 anos, a participação feminina no mercado de trabalho diminui, seja pela falta de trabalhadoras qualificadas ou pela saída do mercado por motivo de aposentadoria.

Em 2002, a participação feminina no mercado de trabalho mantém-se em crescimento.

Analisando o período, nota-se que houve aumento da taxa de atividade em todas as faixas etárias, comprovando que as mulheres estão ingressando e permanecendo mais tempo no mercado de trabalho.

Mas é importante ressaltar que ocorreu uma precarização da mão-de-obra feminina urbana com o ingresso, no mercado de trabalho, de um grande número de mulheres na faixa etária de 40 a 54 anos, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional. Geralmente, este contingente feminino não tem chances de alcançar melhores cargos e salários, permanecem no mercado de modo intermitente, ocupando baixos cargos, com rendimentos inferiores e sem garantias sociais, se tornando empregadas domésticas, movidas pela necessidade de auxiliar a família economicamente.

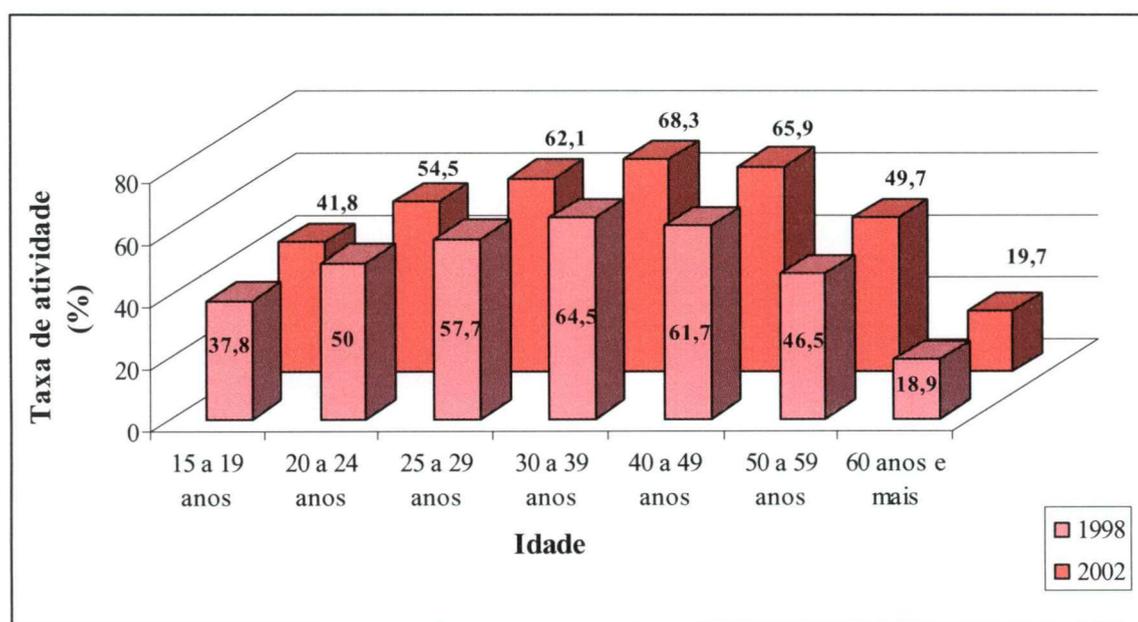
Os motivos para que seja possível esta articulação entre produção e reprodução são diversos, desde a ajuda na composição da renda, a melhor qualificação profissional e até ligados às conquistas trabalhistas ao longo dos anos, o que possibilitou melhores condições para que as mães trabalhadoras exercessem a sua função.

TABELA 6 - TAXAS DE ATIVIDADES DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS, POR IDADE DA MULHER, NO BRASIL, 1998 E 2002

Grupos de idade	Taxas de atividade	
	1998	2002
15 a 19 anos	37,8	41,8
20 a 24 anos	50,0	54,5
25 a 29 anos	57,7	62,1
30 a 39 anos	64,5	68,3
40 a 49 anos	61,7	65,9
50 a 59 anos	46,5	49,7
60 anos e mais	18,9	19,7
Total	51,3	54,0

Fonte: FIBGE/PNADs 1998/2002 – Micro dados.

GRÁFICO 6 - TAXAS DE ATIVIDADES DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS, POR IDADE DA MULHER, NO BRASIL, 1998 E 2002



Fonte: FIBGE/PNADs 1998/2002 – Micro dados

4. CONCLUSÃO

Com base em análise histórica e dados estatísticos, podemos observar que hoje os homens ocupam a maioria dos postos, sejam formais ou informais, no mercado de trabalho brasileiro. Mas, também é possível observar, nas últimas décadas, a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho.

As estatísticas também apontam que, mesmo continuando submetidas à segregação ocupacional e salarial, as mulheres ocuparam melhores posições, em percentual relativo, do que os homens no crescimento da PEA - População Economicamente Ativa.

Seja com o intuito de prover ou complementar a renda familiar ou por satisfação pessoal, a análise mostra que as mulheres, depois do ingresso ao mercado de trabalho, permanecem no exercício da atividade por mais tempo. Através dos estudos, foi possível constatar que um dos fatos que contribuiu à impulsão das mulheres ao mercado de trabalho é a queda do nível de renda real da população brasileira.

As mulheres têm grau de instrução superior aos homens, em percentuais relativos, indicando melhor qualificação profissional, melhores cargos e salários e aumentando a participação da mulher no mercado de trabalho. Porém, com base nos dados avaliados, uma das situações que ficam não justificadas, e que merece destaque, é o fato de, no Brasil, apesar das mulheres terem, em média, o nível de escolaridade superior à média dos homens, em percentual relativo, sua remuneração ser inferior dentro de uma mesma função.

Em contraste com o papel que as mulheres desenvolviam, até meados do século passado, de progenitora e dona de casa, o número de mulheres que articulam filhos, e profissão aumentou. Assim, é possível observar que os filhos não são mais considerados obstáculos para o ingresso, nem para a permanência das mulheres no mercado de trabalho, nem que, para isso, ela tenha que contratar uma outra mulher para tomar conta de seus filhos enquanto trabalha fora de casa.

Desde as primeiras conquistas das mulheres no mercado de trabalho até a atualidade, os dados e as estatísticas do IBGE, Ministério do Trabalho e demais

Instituições, mostram uma crescente evolução da mulher como trabalhadora na sociedade brasileira. Muito ainda precisa ser conquistado. Porém, com base na história e na análise dos dados, tudo indica que as mulheres atingiram o reconhecimento devido pela competência e qualificação e a cada dia que passa, conquistam uma maior fatia no mercado de trabalho brasileiro.

5. REFERÊNCIAS

KON, A. **A Estruturação Ocupacional Brasileira**. Brasília: SESI, 1995.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.

BRUSCHINI, C., em VÁRIOS AUTORES. **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

ANPEC. **XXVII Encontro Nacional de Economia. Volume 3**. Belém: 1999

Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial. Brasília, 1996.

www.mte.gov.br

www.caged.com.br

www.ibge.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise - Agosto 2004** – Nota técnica: Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho? Brunu Marcus F. Amorim e Herton Ellery Araújo.